

PÁG 2 Abraceel convoca indústria para reverter impactos da MP da Eletrobras

PÁG 4 Abraceel se prepara para lançar a campanha “Quero Energia Barata”

PÁG 6 Abraceel apresenta sua proposta sobre varejista para Aneel

PÁG 8 Migração ao ACL: de 6 meses para 6 semanas, é possível?

PÁG 10 Curtas

PÁG 14 Governança Abraceel

PÁG 16 Próxima semana

PÁG 17 Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Abraceel convoca indústria para reverter impactos da MP da Eletrobras

Matéria em 1 minuto

- Reginaldo expõe impactos da MP 1031 para o Conselho de Infraestrutura da CNI;
- Medidas aprovadas na Câmara representam retrocesso na agenda da modernização;
- CNI considera que aprovação do texto original da Medida Provisória é saída para reverter o quadro.



Tempo de leitura:
2 minutos

Em reunião ordinária do Conselho de Infraestrutura da CNI, no dia 26.05, Reginaldo Meireiros, presidente da Abraceel, levou para a pauta a MP 1031 (Eletrobras) e seus impactos nos consumidores. Embora não estivesse na agenda da reunião, como conselheiro da Confederação, Reginaldo fomentou a discussão, alertando a indústria sobre as medidas de retrocesso presentes no texto aprovado na Câmara.

Dentre os dispositivos aprovados pelos deputados, destaque para:

- (i) destinação apenas aos consumidores cativos de parcela do bônus da outorga;
- (ii) obrigação de contratação de energia de térmicas a gás; e
- (iii) reserva de mercado para PCHs.



A matéria já está no Senado e aguarda relatoria. Os senadores Marcos Rogério (DEM-RO) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) são nomes cotados para a posição. Reginaldo destacou que o texto aprovado contraria as diretrizes do Governo no sentido de modernizar o setor elétrico, representando um verdadeiro retrocesso na agenda de energia. Em nota técnica, a CNI defendeu a votação original do texto da

MP 1031, uma vez que a mudança aprovada na Câmara “cria distorções e promove ineficiências para todo o setor elétrico e para os consumidores”.

A matéria deve ser deliberada até o dia 22.06. Caso os senadores alterem o texto da Câmara, cabe aos deputados a palavra final.



Associações discutem impactos da MP da Eletrobras

Nos dias 24 e 27, a Abraceel se reuniu com outras associações integrantes do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) para analisar os impactos da MP da Eletrobras recém-aprovada na Câmara dos Deputados. Os principais impactos se referem à (i) destinação apenas aos consumidores cativos de parcela do bônus da outorga, (ii) contratação compulsória de 6 GW de termelétricas a gás natural nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e (iii) reserva de mercado de 2 GW para usinas hidrelétricas até 50 MW. As associações continuam debatendo os impactos para, em breve, apresentar os resultados dos estudos.



Abraceel se prepara para lançar a campanha “Quero Energia Barata”

Matéria em 1 minuto

- A estratégia da campanha prevê o envolvimento da população brasileira em prol da portabilidade, colocando o cidadão como agente fundamental para impulsionar o trâmite da proposta no Poder Legislativo;
- Contamos com o apoio das nossas associadas para divulgar as ações e ampliar seu alcance;
- Na próxima semana, a associação convidará o grupo de comunicação da Abraceel para discussão das propostas.



Tempo de leitura:
2 minutos

Como definido na bandeira estratégica número 01 da Abraceel, a Associação se prepara para lançar a campanha “Quero Energia Barata”. Ao longo do ano serão realizadas diversas ações para dar visibilidade ao Projeto de Lei 414 de 2021 e pressionar pela sua aprovação. O Projeto promove um conjunto de transformações no setor elétrico e, em especial, define os prazos para a efetivação da portabilidade da conta de luz, permitindo que cada consumidor possa escolher o seu fornecedor de energia. A estratégia da campanha prevê o envolvimento da população brasileira nos meios digitais em prol do tema da portabilidade, colocando o cidadão como agente fundamental para impulsionar o trâmite da proposta no Poder Legislativo.

O objetivo do plano de mídia, em 2021, é tornar pública a campanha “Quero Energia Barata”, para informar e conscientizar a população das vantagens da portabilidade da conta de luz, consolidando o tema na agenda política brasileira. Dentre as ferramentas para alcançar esses objetivos, a campanha contará com um hotsite, no qual empresas, entidades setoriais e pessoas físicas poderão defender a tese da portabilidade da conta de luz, por meio do abaixo-assinado disponível no site www.queroenergiabarata.com.br. Além do abaixo-assinado, o hotsite apresenta uma série de informações sobre o mercado livre de energia, tal como o vídeo explicativo “O que é o mercado livre?”, as pesquisas de opinião pública sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor de energia, o teor do projeto de lei, resumos elaborados pela Associação sobre o tema e o simulador que calcula quanto a conta de luz do consumidor residencial seria reduzida, caso ele tivesse acesso ao mercado livre.



O hotsite contará ainda com um espaço para divulgar a logomarca das empresas e instituições que apoiam a campanha. Tendo em vista que os associados definiram a ação como uma prioridade da Abraceel, fazemos um apelo às empresas associadas que apoiem a campanha “Quero Energia Barata”, permitindo a divulgação da sua logo como apoiadora da campanha no site.

As métricas de sucesso da campanha consistem em assinaturas do abaixo-assinado, em compartilhamentos das publicações postadas nas redes sociais, além das repercussões por meio de comentários e marcações, no apoio declarado de empresas e políticos, nas mídias espontâneas e, principalmente, na mudança de lei para ampliação do mercado livre de energia – um desejo de todos os associados.

Na próxima semana, também será convocada reunião com o grupo de comunicação para detalhar as ações e traçar expressiva mobilização sobre o tema. Contamos com o apoio das nossas empresas associadas para o esforço coletivo no sucesso da aprovação do PL 414.



Abraceel apresenta sua proposta sobre varejista para Aneel

Matéria em 1 minuto

- Em reunião com a SRM, a Abraceel destaca a necessidade de haver isonomia entre consumidores cativos/livres/varejista no tratamento da inadimplência e no respectivo processo de desligamento;
- Na proposta Abraceel, o consumidor inadimplente permanece sob varejista por, no máximo, 15 dias após a denúncia do contrato. Hoje o prazo é de, no mínimo, 50 dias;
- SRG/Aneel informa que Tomada de Subsídios sobre abertura de mercado deve ser aberta no próximo mês.



Tempo de leitura:
3 minutos

Dando continuidade à discussão sobre o varejista, a Abraceel esteve reunida com Júlio Ferraz, Superintendente da SRM/Aneel, e equipe, no dia 27.05, para apresentar sua proposta para desmodelagem do consumidor varejista inadimplente, conforme havia sido solicitado por essa área técnica da Aneel.

Frederico Rodrigues abriu a reunião, apontando que a Lei 14.120, resultante da Medida Provisória 998, trouxe a necessidade de revisão da regulamentação sobre o tema e que a Associação trabalhou para estruturar uma proposta com suas associadas. Também disse que a Abraceel está solicitando reunião com a Abradee para apresentá-la e buscar maior convergência.

A proposta Abraceel está baseada em quatro princípios:

- isonomia no tratamento da inadimplência e do desligamento entre consumidores cativos/livres/varejistas;
- diferenciação entre desmodelagem e desligamento, uma vez que a reivindicação principal é que o varejista deva permanecer responsável pelo representado inadimplente apenas até a desmodelagem dos ativos por ele representados, visto que não tem capacidade de promover o corte físico;
- a inadimplência com o varejista deve ser impeditiva para o consumidor se manter no mercado, da mesma forma que acontece com os consumidores inadimplentes com a distribuidora; e
- os prazos da CCEE devem se adequar à realidade comercial das empresas, não podendo a desmodelagem ficar condicionada aos prazos de contabilização da CCEE.

Yasmin Martins conduziu a apresentação da proposta, apresentando mapeamento so-



bre o processo do corte atual do inadimplente e frisou a necessidade de haver isonomia entre consumidores cativos, livres e varejistas no tratamento da inadimplência e no respectivo desligamento, uma vez que o desligamento físico da rede cabe às distribuidoras. Na proposta Abraceel, o consumidor inadimplente permaneceria sob varejista por, no máximo, 15 dias após a denúncia do contrato, sendo que hoje esse prazo é de, no mínimo, 50 dias.

O Superintendente questionou sobre o risco e a responsabilidade da cobrança pela distribuidora da energia eventualmente consumida durante o processo de desligamento, tendo a Abraceel reforçado que a distribuidora deve cobrar pela energia consumida, mas é preciso endereçar regulatoriamente a questão caso a distribuidora fique impedida de proceder ao desligamento do inadimplente por motivos comprovadamente alheios a sua vontade.

O superintendente reconheceu a possibilidade de aprimoramentos, em especial na redução dos prazos, mas destacou que a área técnica está com extensa lista de prioridades. A Abraceel informou que está buscando Abradee para tentar estabelecer convergência e sugeriu a abertura de audiência pública sobre o tema.

O fortalecimento do comercializador varejista é uma discussão dentro da bandeira número 01 do planejamento estratégico da Abraceel, definido pelas empresas associadas.

Abertura de mercado

Aproveitando a ocasião, a Abraceel questionou o andamento da discussão sobre a abertura de mercado, quando o Superintendente apontou que o desafio atual tem sido definir as perguntas que serão feitas na tomada de subsídios a ser aberta sobre o tema. Há perspectiva para que no próximo mês a discussão seja aberta.

CPFL apresenta aprimoramentos sobre proposta do varejista

No dia 26.05, a Vice-presidência de Energia da Abraceel se reuniu com a equipe regulatória da CPFL Soluções, representada por Fabiana Carvalho e Robson Oliveira. Na pauta, a proposta da Abraceel sobre desmodelagem e desligamento do consumidor inadimplente sob o varejista. A CPFL trouxe propostas de melhoria, que consideram a distribuidora como prestadora do serviço do corte, de forma que o varejista faria toda a gestão com o cliente e a distribuidora apenas receberia o aviso e executaria o corte. Nesse caso, bastaria o aviso do varejista para que o corte pudesse ser executado, simplificando o processo. A intenção é uma proposta já alinhada com a separação fio e energia. Também foi apresentada a necessidade de se desenhar o processo para o caso de inadimplência do consumidor varejista com a distribuidora e ressaltada a importância de se avançar na discussão com as distribuidoras. A Abraceel ressaltou que já procurou a Abradee, tendo essa se comprometido a agendar reunião. Foi enviado e-mail à Abradee esta semana, solicitando mais uma vez reunião para tratar do tema.

Migração ao ACL: de 6 meses para 6 semanas, é possível?

Matéria em 1 minuto

- GT discute medidas concretas para tornar o processo de migração ao ACL mais simples;
- Pontos críticos são a adequação do SMF, abertura de conta no Bradesco, envio do diagrama unifilar, falta de padronização do processo junto às distribuidoras e tempo extenso para denúncia do contrato no ACR;
- Associadas acreditam que é viável redução do atual prazo de denúncia do contrato no ACR de seis meses;
- Abraceel enviou minuta de contribuição sobre o SMF aos associados, que podem enviar sugestões até segunda-feira, 31.05.



Tempo de leitura:
2 minutos

Identificar pontos críticos no processo de migração ao ACL e atuar pela aprovação de medidas concretas para torná-lo mais simples é uma das metas definidas no Planejamento Estratégico da Abraceel 2021-2024. Dessa forma, a Abraceel realizou reunião do Grupo Técnico no dia 25.05, com objetivo de discutir o tema. A reunião contou com participação de cerca de 150 associados.

Preliminarmente à reunião, a Abraceel se reuniu com a CCEE e algumas associadas, com objetivo de identificar os pontos críticos no processo atual de migração ao ACL. Em síntese, foram apontados (i) adequação do SMF; (ii) relacionamento com o Bradesco; (iii) envio do diagrama unifilar; (iv) falta de padronização do processo junto às distribuidoras; e (v) tempo extenso para denúncia do contrato no ACR.



Além dos pontos críticos citados, na reunião as associadas discutiram outros aprimoramentos que precisam ser realizados, sendo os elencados:

- Distribuidoras: digitalização e padronização das etapas de migração;
- SMF: padronização dos requisitos, etapas, prazos, responsabilidades, manu-

tenção e coleta de dados;

- Bradesco: digitalização do processo de abertura de conta no Bradesco, melhoria no relacionamento com o cliente e definição de requisitos pela CCEE na contratação, para melhoria dos serviços;
- CCEE: aprimorar os sistemas para submissão dos documentos e assinatura digital, permitir assinatura digital de pessoa jurídica e criação de um flag no sistema CCEE sobre a declaração de adimplemento;
- Necessidade de penalizar os agentes que geram atraso à migração e/ou que não cumprem os prazos definidos na regulação; e
- Solução para diferença de prazos contratuais entre unidades consumidoras que desejam migrar em comunhão de carga.

Finalizando a apresentação, feita por Danyelle Bemfica, a Abraceel questionou as associadas sobre a viabilidade de redução do atual prazo de denúncia do contrato no ACR de seis meses para seis semanas, sumarizadas as etapas no cronograma preliminar sugerido pela Associação, considerando aprimoramento e bom funcionamento dos mecanismos de gestão contratual das distribuidoras.

Na visão das associadas a redução do prazo de seis meses é viável para solucionar os pontos críticos citados, além de ser uma boa proposta frente a modernização do setor de energia.

Na mesma direção, a Abraceel enviou minuta de contribuição sobre a Tomada de Subsídios 7/2021 da Aneel, que discute aprimoramentos no SMF, e as associadas podem enviar sugestões até segunda-feira, 31.05. Em seguida, a Abraceel discutirá as propostas de aprimoramento na migração com outras instituições. **A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.**



CURTAS

MVE bate recorde

No dia 25.05, a CCEE realizou processamento extraordinário do MVE, no qual foram transacionados 1.031,2 MWmed, com produtos de vigência de 6 meses, iniciando em 01.07. O certame resultou em cerca de 99% das compras oriundas de energia especial e 82% das vendas realizadas na modalidade de preço fixo. Segundo a CCEE, as distribuidoras conseguiram vender 90% da sobra de energia declarada, o que demonstra a evolução do mecanismo. Vale lembrar que esse MVE foi realizado pela CCEE de forma extraordinária após pedido da Abraceel, que vem atuando para ampliar o número de processamentos e a eficácia do mecanismo. Em julho está previsto outro certame extraordinário, desta vez para o produto anual 2022, também conforme pleito da Associação. Por fim, vale ressaltar que desde o processamento de dezembro de 2020 já foi contratado um montante total anualizado de 1.275 MW médios pelo MVE, um recorde desde sua regulamentação em 2018. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3foyr1t>.**

CMSE autoriza medidas para preservar reservatórios

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu em caráter extraordinário, no dia 27.05, para avaliar as condições de suprimento energético ao SIN. Na ocasião, foi informada a situação hidrológica crítica vivenciada na bacia do rio Paraná, onde estão

localizados os principais reservatórios de regularização do sistema brasileiro. Diante do cenário de baixas afluências, comportamento típico da estação seca, que deverá se manter nos próximos meses, o Comitê reconheceu a importância de implementação de flexibilizações das restrições hidráulicas relativas às usinas hidrelétricas Jupia, Porto Primavera, Ilha Solteira, Três irmãos, Xingó, Furnas e Mascarenhas de Moraes. Além disso, o CMSE deliberou por recomendar à ANA que seja reconhecida a situação de escassez hídrica na Bacia do Rio Paraná, bem como de encaminhar as propostas deliberadas pelo colegiado ao CNPE, tendo em vista a relevância das ações para manutenção da segurança do abastecimento e no atendimento eletroenergético nacional. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3yMOGgc>.**

Bain e Abraceel discutem gás natural

Em 24.05, Reginaldo Medeiros e Bernardo Sicsú se reuniram com os sócios da Bain, Antonio Farinha e Diego Garcia, para discutir o cenário de gás natural no Brasil e a interação com os países vizinhos. Foram debatidas as perspectivas na comercialização, produção/importação e demanda, bem como as mudanças esperadas com o novo mercado de gás e as propostas em discussão na MP da Eletrobras. A reunião serviu como preparação para a Bain, que está elaborando relatório sobre o tema, que será disponibilizado para a Abraceel quando concluído.



Gás: Audiência Pública Agenersa

A Agenersa realizará uma série de audiências públicas para debater os seguintes temas: (i) metodologia de cálculo da TUSD e TUSD-E, dia 04.06, às 10h; (ii) condições gerais de fornecimento e de operação e manutenção de gasoduto dedicado para agentes livres, dia 11.06, às 10h; e (iii) condições gerais da atuação do comercializador, dia 18.06, às 10h. As audiências públicas serão transmitidas no canal do Youtube da Agência e os interessados em se manifestar verbalmente nas reuniões devem realizar inscrição até às 10h dos dias anteriores às reuniões por meio de formulário disponível em: <https://bit.ly/2Tl-FPSB>. **O formulário deve ser enviado à Agenersa por meio do e-mail: consultapublica@agenersa.rj.gov.br.**

hud Cotação: Marketplace de energia

A associada Esfera Energia lançou um marketplace de energia, o “hud Cotação”, com objetivo de facilitar o processo de compra e venda de energia elétrica. No dia 26.05, a equipe da Esfera apresentou a plataforma, que já conta com 130 comercializadoras cadastradas à equipe da Abraceel. Em síntese, para realizar uma cotação de energia, basta o interessado preencher algumas informações, como o volume de energia que deseja contratar ou vender, qual o tipo dessa energia e qual o período pretendido. Em alguns segundos, as comercializadoras recebem o pedido e já podem enviar as suas propostas, seja por e-mail ou diretamente pela plataforma. Durante o processo, todas as etapas da negociação

ficam registradas e poderão ser auditadas posteriormente, trazendo mais transparência e rastreabilidade. **Para mais informações acesse: www.esferaenergia.com.br.**

Novo produto SINtegre: documentos relevantes

Na reunião semanal da programação do ONS realizada no dia 21.05, o ONS apresentou o novo produto do SINtegre, onde serão disponibilizados documentos relevantes da programação e planejamento da operação. O produto é resultado do trabalho intenso da Abraceel em prol da melhoria na governança da formação de preços, especificamente quanto à divulgação das informações. Na mesma reunião, o ONS afirmou que assegurar a transparência das informações aos agentes é um ponto de atenção importante para o Operador. O novo produto pode ser encontrado no Portal SINtegre do ONS, em Relacionamento com Agentes > Documentos Gerais. Para acompanhar, basta ir em Meus macroprocessos > Meus produtos, selecionar o novo produto e salvar. Consideramos esse um importante avanço na forma de divulgação das informações e contamos com o apoio das associadas para nos informar se a plataforma está funcionando conforme esperado e para os fins que foi planejada.

AP 25/19 – aprimoramentos no MVE

A Diretora da Aneel, Elisa Bastos, relatora do processo da Audiência Pública 25/19, que discute o aprimoramento do repasse do cálculo da sobrecontratação das distribuidoras e exposição no MCP, solicitou em janeiro deste ano à Procuradoria Federal da Agência, emis-

são de parecer a respeito dos critérios de alocação do repasse do risco hidrológico no preço médio dos contratos para fins de cálculo de ajuste de sobrecontratação e de glosa de energia. No dia 28.05, a procuradoria emitiu o documento solicitado, **o qual está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”**. Dessa forma, não há óbice para deliberar a conclusão da AP 25/19, podendo ser pautado pela relatora nas próximas reuniões públicas da diretoria da Aneel. Ademais, a Abraceel terá reunião no dia 03.06, para discutir o tema.

Mercado livre de gás no Rio Grande do Sul

No dia 25.05, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o Projeto de Lei 81/21, que regulamenta o mercado de gás canalizado no estado. A aprovação do projeto dá base para constituição do mercado livre de gás natural e institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Rio Grande do Sul (Agergs) como reguladora do mercado. Além disso, o novo marco prevê como diretrizes (i) que novas concessões tenham prazo máximo de 30 anos; (ii) a construção de gasoduto dedicado; (iii) consumidor parcialmente livre; (iv) desconto na TUSD dos consumidores livres; e (v) registro pela Agergs do agente comercializador. A proposta, contudo, tira a autonomia da agência reguladora estadual para uma série de decisões, transferindo poderes a Procuradoria-Geral do Estado. **A íntegra do PL está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Documentos Gerais”**.

Abraceel participa do Energy Day

Reginaldo Medeiros discutiu os avanços e obstáculos do mercado livre de energia em tempos de pandemia, no dia 24.05, em evento promovido pela Full Energy, em comemoração ao Dia Mundial de Energia. Na ocasião, Reginaldo reforçou os benefícios do mercado livre e disse que os pilares da reforma do setor elétrico, essencial para a retomada da economia no Brasil, são a abertura do mercado, a sustentabilidade da expansão e a alocação eficiente de custos e riscos, o que está contemplado no PL 414/2021, que tramita na Câmara dos Deputados. Lembrou que o futuro da energia já chegou em diversos mercados mundiais, mas no Brasil pouco se avançou no tema ao longo dos anos.

Abraceel debate PL 414 com Raízen

Alexandre Lopes e Ângela Oliveira estiveram reunidos, no dia 24.05, com Giuliana Franco, da Raízen, para discutir a agenda do mercado de energia, com destaque para a tramitação do Projeto de Lei 414 de 2021, e a abertura do mercado de energia, no dia 24.05.

Grupo Rovema visita a Abraceel

Reginaldo Medeiros, Frederico Rodrigues e Ângela Oliveira receberam, no dia 26.05, a visita de André Oliveira, Ricardo Tili e Gilvan Guidin, do Grupo Rovema. A empresa, com forte atuação na geração de energia na região Norte, em especial no Acre, Rondônia e Amazonas, está abrindo sua comercializadora e queria conhecer o trabalho da Associação, bem como apresentar o segmento do grupo que está começando sua atuação no mercado de energia.

Energia em pauta: Mercado livre como oportunidade de redução de custos para empresas

No dia 27.05, Reginaldo Medeiros participou do Energia em Pauta, evento realizado pelo Sindienergia Ceará e pela Sistema FIEC, para discutir o mercado livre como oportunidade de redução de custos para empresas. Reginaldo enfatizou a redução de até 30% que o mercado livre pode trazer para a conta de luz dos brasileiros e disse que a reforma do setor elétrico está em discussão há seis anos e pouco se avançou, mesmo sendo o desejo da população brasileira, conforme demonstram as pesquisas Ibope/ Abraceel realizadas entre 2014 e 2020. Destacou também que a postergação da modernização do setor elétrico amplia os contratos legados, multiplica os problemas setoriais e retarda o acesso dos consumidores a uma energia mais barata, obtida pelos efeitos da competição entre empresas.

Encontro com estudantes

No dia 28.05, a Abraceel se reuniu com a Renova Jr, empresa júnior do curso de engenharia de energia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para apresentar os principais pontos em discussão no PL 414/2021, que trata da portabilidade da conta de luz. Esse foi o segundo encontro com os estudantes da Renova Jr, que têm buscado maior conhecimento sobre o mercado livre e o processo de modernização do setor. Fruto do sucesso desses encontros, a Abraceel está estruturando material para oferecer para outros estudantes do país, com vistas a dissemi-

nar a importância do mercado livre de energia.

Frente da Economia Verde realiza reunião com entidades parceiras

Ângela Oliveira participou de reunião da Frente Parlamentar da Economia Verde com entidades parceiras no dia 28.05. Liderada pelo Deputado Federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), a reunião apresentou as estratégias do plano de trabalho e informou sobre a realização do 1º Webinar Economia Verde, que acontecerá na próxima segunda (31.05).



GOVERNANÇA ABRACEEL

Quinzenalmente, nós da Abraceel, vamos te ajudar a compreender melhor como funciona a governança da Associação.

Na última edição da série “Governança Abraceel” explicamos como funciona a Diretoria Executiva e suas diretorias. Na edição desta semana vamos abordar a Assembleia Geral Ordinária, órgão máximo e soberano da Associação, composta por representantes oficiais das empresas associadas.

COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- Cada associada tem direito a um voto, independentemente de qualquer característica da empresa;
- Delibera acerca de todos os assuntos de interesse comum às associadas;
- Elege e destitui os membros do Conselho de Administração;
- Aprova o relatório das atividades, a prestação de contas, o parecer da auditoria externa e o balanço geral da Abraceel, relativos ao exercício anterior;
- Altera o Estatuto Social;
- Aprova os objetivos, estratégias, metas, programas de ação e trabalho e orçamento da Abraceel;
- Delibera sobre a exclusão de associadas;
- Aprova as alterações necessárias à execução do orçamento da Abraceel que resultem em um aumento da dotação orçamentária anual acima de 20% (vinte por cento); e
- Delibera sobre a destinação do patrimônio líquido da Abraceel em caso de extinção.

FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

- As discussões de matérias e votações da Assembleia Geral podem ser realizadas sem presença física das associadas, com apoio de recursos tecnológicos;
- A Assembleia Geral Ordinária se reúne até o final do mês de abril de cada ano para aprovar as contas da Abraceel do ano anterior e até o final do mês de novembro de cada ano

para aprovar o orçamento do próximo ano;

- A Assembleia Geral Extraordinária se reúne nos demais casos previstos no Regimento e no Estatuto Social e sempre que os interesses das associadas o exigirem. Também pode ser convocada por, pelo menos, 1/5 das associadas;
- A Assembleia Geral é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por substituto por ele designado e secretariada pelo Presidente Executivo, ou, na sua ausência, por um dos Vice-Presidentes executivos;
- As Assembleias Gerais são convocadas pelo Presidente do Conselho, devendo a convocação mencionar o local, data e hora da Assembleia e os assuntos a serem discutidos;
- A convocação de Assembleia Geral se dá por via eletrônica, comprovadamente recebida com antecedência mínima de cinco dias úteis contados do prazo da data de expedição da convocação;
- A Assembleia Geral é instalada em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 50% das associadas e, em segunda convocação, com qualquer número, 30 minutos após a hora marcada para a primeira convocação;
- As deliberações são efetivadas pela maioria das associadas presentes;
- As associadas comparecem à Assembleia Geral por seus representantes oficiais junto à Abraceel ou por representante por elas indicados, mediante procuração; e
- Para poder exercer seu direito de voto na Assembleia Geral, as associadas devem estar em dia com suas obrigações perante a Abraceel.

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Para a alteração do Estatuto Social é exigido o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das associadas presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo essa deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta das associadas, ou com menos de 1/3 (um terço) delas nas convocações seguintes.

PRÓXIMA SEMANA

31.05 – Segunda-feira: Vice-presidência de Energia se reúne com a associada Comerc, para tratar sobre migração ao ACL, às 9h;

Vice-presidência de Energia participa do Encontro do PLD, às 15h;

Diretoria Executiva se reúne com os conselheiros da CCEE Marco Delgado e Marcelo Loureiro, para tratar do comercializador varejista, às 16h.

01.06 – Terça-feira: Vice-presidência de Energia se reúne com SFG e SRG/Aneel para tratar da governança dos dados de entrada na formação do preço, às 14h.



CALENDÁRIO ABRACEEL

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

AGOSTO

05.08 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.